

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A INFLUÊNCIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO

Luciene Paula de Almeida

lualmeyda23@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Marcos Antônio Bessa-Oliveira

marcosbessa@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 3: Formação de Professores

RESUMO: Estes escritos se apresentam como uma reflexão acerca da influência dos modos de produção na instituição e organização da escola. Vê-se que no período feudal os modos de produção se sustentavam pelo trabalho artesanal, com a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo a máquina passou a ocupar o papel principal na produção e o trabalhador um papel secundário. Neste período nota-se a consolidação da divisão do trabalho, o trabalhador antes detentor de todo o processo de produção, torna-se especialista sendo responsável por processos apenas. A instituição escolar moderna/contemporânea por sua vez, para se tornar universal, foi pensada por Jan Amós Comenius (1592-1670), tendo como princípio a simplificação do trabalho do professor, do preceptor (artesão) para o especialista (manufatureiro), e, do ensino individualizado para o coletivo. Idealizador da *Didática Magna*, Comenius, desenvolveu esse instrumento de trabalho para cumprir com seu objetivo “ensinar tudo a todos”. Pensada antes, mas colocada em prática apenas após a Revolução Industrial, é possível perceber que a instituição escolar sempre esteve atrelada aos interesses econômicos da sociedade. Inegavelmente, o trabalho do professor está submetido a essa lógica organizacional de simplificação do trabalho e limitada ao manual didático como única fonte de conhecimento.

Palavras-chave: Trabalho. Organização do trabalho didático. Escola

Introdução

Historicamente a Revolução Industrial e a Escola Pública Moderna/Contemporânea estão intrinsecamente interligadas. A partir da introdução das máquinas nos modos de produção houve uma reconfiguração na estrutura social, ancorados nos princípios do sistema capitalista. Essa reestruturação industrializada no mundo do trabalho objetivava a acumulação de mais-valia (acumulação/riqueza) por meio da exploração da mão de obra e na precarização das condições de trabalho.

Antes da industrialização o trabalho também era exploratório e visava riquezas, entretanto, totalmente de base humana e animal. No período logo após a concretização das

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

colonizações europeias, a exploração era escravocrata e, o que nominamos hoje de relações de trabalho – empregado x empregador –, em prol de benefícios trabalhistas, eram inexistentes.

Este novo padrão global de controle do trabalho não é apenas a produção de mais-valia, mas também de autovalorização do capital. À medida que o sistema capitalista é expandido e os meios de produção adaptados a essa nova necessidade, o processo de produção/trabalho, outrora agrário e artesanal, é substituído pela manufatura e a indústria.

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII, logo se expande pela Europa e globalmente. Concomitante, esse processo e/ou revolução das máquinas suscita não apenas mudanças econômicas, mas mudanças sociais profundas na sociedade, nas relações de trabalho, nas estruturas familiares e nos padrões de vida.

Logo, a simplificação do trabalho tem na industrialização o seu início em decorrência das máquinas. Um novo processo de produção origina-se, o manufatureiro, este, se apropria da base técnica de produção do artesanato e passa a vigorar como um trabalho especializado, com maior produtividade na produção de mercadorias, deixando de ser uma força produtiva individual passando a ser coletiva.

A partir da simplificação do trabalho, o discurso moderno de qualificação do trabalhador ficou em evidência, por conseguinte, a fábrica moderna em desenvolvimento requereu um trabalhador especializado que dispusesse de habilidades básicas para o manejo da máquina, essa tarefa parcial denominou-se manufatura, ou seja, “submeteu-se o trabalhador a uma forma de divisão do trabalho que lhe impôs o papel de *“acessório consciente de uma máquina parcial”*” (Alves, 2004, p. 95).

A partir dessa conceitualização a escola, objeto de estudo destes escritos, enquanto instituição social, retrata em sua gênese que sua ampliação e formatação decorre do desenvolvimento e interesses do sistema capitalista. O sistema capitalista, por sua vez, busca moldar a instituição escolar para que neste espaço físico seus interesses sobressaiam. A função fundamental da escola, que é oferecer aos alunos os conhecimentos históricos elaborados pela sociedade e o saber científico disponível, para então serem sujeitos capazes de intervir criticamente nos ambientes sociais que estejam, acabam inviabilizados.

Metodologia

A pesquisa tem caráter bibliográfico, buscando realizar uma análise inicial histórica da Organização do Trabalho Didático na Escola Pública Moderna/Contemporânea.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

1. A Escola e o Trabalho Manufatureiro do Professor

O surgimento da escola moderna foi idealizado por Comenius (1592-1670), que pautado na manufatura burguesa produziu a *Didática Magna* (1676), um instrumento que reorganizaria o trabalho didático e que possibilitaria “*ensinar tudo a todos*”. Foi uma proposta de educação que emergia da necessidade social de instrução da época, como dito anteriormente, a sociedade estava em processo de transformação industrial, carecendo de mão de obra e/ou força produtiva qualificada e especializada. Não podemos deixar de mencionar que a escola foi estruturada de acordo com as necessidades capitalistas da vida moderna da época, mas também, com base em princípios religiosos, pois Comenius era um Bispo Protestante.

Nesse sentido,

[...] Motivado por essa necessidade social emergente, Comenius foi o mentor que melhor expressou por meio de sua obra, a concepção da nova instituição educacional. Foi um pioneiro, também, pelas inúmeras iniciativas em que se envolveu visando realizá-la (Alves, 2005, p. 620).

O ensino preceptor, disponível apenas para uma pequena parcela da sociedade que dispunha de recursos financeiros, começa a ser questionado pela necessidade do atual sistema capitalista. O ensino precisa atender um maior número de pessoas, e os motivos variam, seja para formar futuros fiéis à crença religiosa da época, seja trabalhadores, seja para formar futuros patrões. Um projeto pensado e só executado quando o capital o entende como necessário.

Comenius, consciente das condições materiais da época, pensa na universalização da escola moderna nos princípios da sociedade capitalista, tendo como referência a divisão do trabalho nas demais formas de produção. Comenius então formula uma forma de organização do trabalho didático possível, objetivando um barateamento da força de trabalho e na própria qualidade do ensino, tornando-os mais condensados, tanto a força do trabalho como o salário.

[...] a objetivação e a simplificação do trabalho didático, acentue-se que, à semelhança do ocorrido com as manufaturas, seu efeito desencadearia a redução do custo de formação dessa modalidade de trabalhador parcial e, como resultado direto, o barateamento dos serviços escolares. Com esse recurso, começava a ser atendida uma condição econômica fundamental para tornar plausível a universalização da instrução pública (Alves, 2004, p. 96).

Baratear os custos com os serviços da escola seria uma estratégia para naquele tempo pensar na expansão do atendimento. O foco da sociedade capitalista era desenvolver seus meios de produção, máquinas modernas que precisavam de trabalhadores que soubessem operacionalizá-las. Logo, a mão de obra do professor, ou seja, o ensinar as letras, os cálculos,

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

as ciências, as línguas, etc., não estava acessível para todos, e, foi algo a ser pensando por Comenius: se um professor detentor do saber científico amplo era uma atividade onerosa, para a universalização da escola seria necessário repensar em uma nova organização desse trabalho, com um novo perfil de professor/trabalhador, mais barato e especializado.

A produção capitalista transformou-se no domínio incontestável do trabalho simples, desde a instauração da Revolução Industrial, domínio esse que se amplia e se aprofunda cada vez mais como decorrência do desenvolvimento tecnológico. [...] Tal processo produziu, concomitantemente, o trabalhador indispensável ao capital, isto é, produziu o trabalhador exigido pelo trabalho simples, ou seja, força de trabalho (Alves, 2004, p. 154).

A partir de então, o saber que estava associado a uma atividade artesanal complexa, vivencia uma expropriação do próprio trabalhador, que já não precisava de habilidades mais elaboradas e sim da sua energia vital para operar e trabalhar segundo as máquinas. Essa tensão nos faz compreender que o homem está para o trabalho como forma única de existência, desde a concepção do capital, que subtraiu do homem a sua subjetividade em detrimento da sua necessidade de subsistência pelo trabalho.

O trabalhador/professor é colocado nesta condição, de um trabalhador habilidoso para um professor manufactureiro/especialista, com conhecimentos menos complexos e com autonomia mais limitada, especialista em apenas uma parte do processo total de trabalho.

O manual didático, idealizado por Comenius, é considerado como a máquina motriz que este trabalhador deverá manusear, já não era necessário um mestre, mas apenas de um trabalhador mediano que soubesse como utilizá-lo, pois, ele já continha como contêm o saber a ser compartilhado. Nota-se o início da divisão e especialização do trabalho do professor e do conhecimento a ser apreendido.

Essa organização do trabalho didático foi bem elaborada por Comenius, um verdadeiro revolucionário a seu tempo, que foi capaz de compreender a lógica social que se desenvolvia em torno da produção capitalista em desenvolvimento. Não adaptar o funcionamento da escola para se alcançar a universalização e ampliação, seria apenas uma objetivação sem materialização.

Tais fatos desencadearam os elementos constitutivos de uma escola moderna, onde o manual didático é elaborado como instrumento para o ensinar em substituição aos clássicos. A definição da escola como um espaço físico para o instruir e a relação entre professor e aluno foi a alternativa encontrada para se ampliar a escola e disponibilizá-la como uma instituição pública e de acesso aos filhos dos trabalhadores, do século XVIII ao século XXI.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

2. Modos de ser da Educação Moderna/Contemporânea

Dados os fatos iniciais,

No plano mais genérico e abstrato, qualquer forma histórica de organização do trabalho didático envolve, sistematicamente, três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro;
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento;
- c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre (Alves, 2005, p. 10-11).

Essa organização do trabalho didático apresentada por Gilberto Luiz Alves (2005), dada cada época, apresenta formas distintas de relação educativa, de mediação de recursos didáticos e espaço físico. No período feudal, a relação educativa entre professor e aluno era individualizada, o trabalhador responsável pelo ensino recebia o nome de preceptor. Esse preceptor dominava todos os conhecimentos, línguas e *segredos* de seu ofício, e, as etapas das atividades de ensino. Era responsável também por ensinar o seu discípulo de acordo com os recursos didáticos da época, fosse por meio da análise dos fenômenos da natureza ou por meio de obras clássicas.

O preceptor selecionava os conteúdos a serem ensinados e o ato de ensinar acontecia em ambientes diversos ou na residência do preceptor ou do discípulo, como também em ambientes propícios para o diálogo e reflexão de acordo com a necessidade da instrução. Fica evidente que a experiência educacional do período feudal reproduzia uma organização do trabalho artesanal.

Dada a transição do feudalismo para o capitalismo a forma como a educação era desempenhada foi repensada, como dito anteriormente, em decorrência das necessidades econômicas do sistema em desenvolvimento por conhecimentos a serem utilizados como força de trabalho produtiva. A forma artesanal de produção, então superada pela Revolução Industrial, dá lugar a organização do trabalho manufatureiro.

As elaborações de Comenius (1976) para a universalização da escola não desconsideravam o fator econômico como fator comprometedor para a expansão escolar. Dado tal impedimento ou consentimento, a organização do trabalho didático, evidenciada na obra *Didática Magna*, tem como princípio a superação de uma educação individual, que ocorra em menor tempo, com menor custo e com um trabalhador especializado que substituiria o preceptor que tinha um custo elevado devido à complexidade e individualidade do seu trabalho.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A relação educativa idealizada passou de atendimento individual para atendimento coletivo, os alunos eram organizados em um ambiente físico amplo que pudesse comportar o maior número de alunos, com janelas altas que não viessem a distrair os alunos e o recurso didático utilizado foi o manual didático que compunha uma síntese das obras clássicas (Comenius, 1976).

O manual didático surgiu com a pretensão de sintetizar os conhecimentos de uma forma mais acessível e adequada ao desenvolvimento e assimilação dos jovens estudantes e como um recurso com o qual qualquer “*homem mediano*” pudesse ensinar, dando fim ao preceptor.

O método proposto por Comenius, mesmo com embasamento religioso em seus preceitos, pois como tido era um protestante, contemplava o ensino para mulheres (um fator relevante naquele período) e sujeitos com possíveis deficiências; era um método que dada a utilização do recurso didático, o manual, o ensino seria possível para todos.

A organização para o trabalho didático no interior da escola visava regulá-la sob os mesmos princípios da divisão do trabalho manufatureiro, diferentes operações, diferentes trabalhadores, diferentes classes, diferentes etapas de escolarização. Incontestavelmente a escola moderna se organizou de acordo com a divisão do trabalho manufatureiro, seguindo uma sistematização prévia que produzia resultados satisfatórios com economia de tempo, de fadiga e de recursos (Comenius, 1976).

O manual didático, recurso tecnológico revolucionário da época, possibilitou o barateamento da mão de obra do professor, a remuneração passou a ser “conveniente” para o mantenedor da escola e o instrumento controlador do trabalho, o manual didático, atuou como ponto central para a efetivação da escola moderna. Pois, ele, o mantenedor, não precisava de um preceptor para poder transmitir aos alunos os conhecimentos necessários, o aluno aprendia por meio do manual didático o que havia sido delimitado.

A simplificação e a objetivação do trabalho didático, pensadas por Comenius a partir da manufatura, produziram um novo modelo de trabalho, vê-se que o professor perdeu o domínio do todo do processo de trabalho.

[...] a divisão do trabalho viabilizou o aumento da produção de mercadorias com economia de fadiga, de tempo e de recursos, o que resultou na queda generalizada de preços dos produtos no mercado, chegou a essa realização, basicamente, pela produção do trabalhador parcial, que determinou o barateamento da força de trabalho (Alves, 2005, p. 6).

Essa organização social evidencia uma ruptura com o conhecimento científico e instaura um período de predominância de uma nova organização escolar que presa por um

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ensino instrutivo para atender os interesses do capital com a formação de sujeitos para o trabalho. E o professor, enfraquecido e desqualificado dada a sua nova definição, se vê nessa estrutura de trabalhador parcial que justificou e justifica o barateamento da sua força de trabalho.

No Brasil, Gilberto Luiz Alves (2005, p. 631) assinala que os jesuítas, já no século XVI, de forma pioneira deram início à produção da escola que seria considerada moderna, um século antes de Comenius, “[...] Logo, não há como deixar de reconhecer que os jesuítas estavam na ponta daquele processo que iria resultar na produção da escola moderna”. Dada a colonização dos povos nativos no Brasil e a necessidade de catequizar e controlá-los, a Companhia de Jesus - os jesuítas, por meio do ensino de outra língua, da escrita, do cálculo e da religião, convenceram os povos nativos da necessidade de aprender uma outra cultura, outra língua, outra fé. Ou seja, negou-se a forma de existência desses povos, pois, o ensino proposto era uma forma de controlar e manter os interesses religiosos da Igreja Católica.

No entanto, em tempos contemporâneos o que mudou? A escola moderna de Comenius permanece na atualidade, a relação educativa instituída de ensino coletivo com abarrotamento de estudantes é a mesma, os recursos didáticos que sustentam o ensino ainda estão atrelados à lousa e ao livro didático com os clássicos como referência ou mesmo instrumento de trabalho único do professor e o espaço físico segue precarizado e organizado em classes e fileiras, para manter-se o controle sobre os corpos alunados a serem doutrinados.

As instituições escolares contemporâneas colocam professor e estudante, frente a frente, numa relação educativa sistematizada por: de um lado o detentor do conhecimento - o educador -, e, do outro lado o aprendiz - o(s) educando(s). A mediação se realiza por meio de instrumentos didáticos que envolvem as tecnologias educacionais que são ferramentas para transmitir os conteúdos a serem ministrados, em um espaço físico delimitado (Alves, 2005) e precário assim como obsoletos.

Essa não seria a organização idealizada por Comenius há 4 séculos, na Europa? Se substituirmos um instrumento, o livro didático por um computador ou por outros instrumentos, fará da escola menos manufatureira? Aquela escola idealizada em meados do século XVII, porém, ainda vigente no século XXI, tem outras necessidades sociais que já não são as mesmas? Ou as necessidades do capital ainda se sobrepõem sobre as necessidades sociais?

Evidentemente as escolas contemporâneas ainda se sustentam sob os mesmos ideais econômicos, sociais, políticos e ideológicos do sistema capitalista e seguindo as mesmas instruções de como serem construídas sob a ótica dos pensamentos europeus/estadunidenses.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A modernização, projeto colonial concebido pelos europeus e sustentado pelos estadunidenses para justificar a exploração de recursos naturais, a exploração do corpo e da força de trabalho e o apagamento cultural da língua, os saberes e a educação nos países subalternizados como é o caso do Brasil, ainda é uma realidade que se sustenta pelo projeto de globalização do ensino ocidentalizado.

Se a globalização implica a superação de fronteiras, a abertura sem restrições ao livre comércio, acabe-se então quem não puder resistir. Não se indaga, por exemplo, se em momentos anteriores da produção capitalista nas sociedades que lideram a globalização hoje elas eram tão radicais na abertura que consideram agora uma condição indispensável ao livre comércio. Exigem, no momento, dos outros, o que não fizeram consigo mesmas. Uma das eficácias de sua ideologia fatalista é convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade é assim mesmo, de que não há nada a fazer mas seguir a ordem natural dos fatos. Pois é como algo natural ou quase natural que a ideologia neoliberal se esforça por nos fazer entender a globalização e não como uma produção histórica (Freire, 2022, p. 124).

Globalização e ideologia neoliberal caminham de mãos dadas, numa agenda hegemônica de controle e exploração para acumulação de riquezas em favor daqueles poucos que se beneficiam do que o sistema capitalista oferece num todo. A classe oprimida colonizada é convencida que a eles lhes resta apenas a aceitação de que são inferiores porque não são europeus. E dada a sua nacionalidade e a racialidade outorgadas com a constituição/colonização das Américas, “Para *ser*-humano como aqueles é preciso pertencer a este conjunto de normas e regras que estabelecem a razão moderna” (Bessa-Oliveira, 2019, p. 64).

Como dito por Paulo Freire (2022, p. 124-125), “O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História”. Logo, mudam tempo e lugar, da Europa para os Estados Unidos, mas as intenções de enriquecimentos de poucos sob a lógica do trabalho e pouca instrução de muitos continuam as mesmas.

Pensar no capitalismo como um sistema unicamente econômico certamente é uma utopia. Pensar que não estamos a ele submetidos e controlados, também é uma utopia. Pensar que nosso fazer não está controlado por ele, também é uma utopia.

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade” (Freire, 2022, p. 97).

Ou seja, se a educação atendendo aos padrões de poder aliena os sujeitos, as reconfigurações no currículo escolar brasileiro, a partir da Base Nacional Comum Curricular

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

(BNCC) instituída no ano de 2017, é uma nova didática que, em se tratando de organização de trabalho didático, limita a autonomia criativa do professor na seleção de conteúdos e na forma de ministrá-los, pois, com a inserção da BNCC há uma padronização do ensino, engessando-se o que e como ensinar. Poderíamos dizer que a força de trabalho do professor está à mercê de uma “diretriz orientativa e normativa”, uma norma pronta e com poucas possibilidades de adequação, que visa *habilidades e competências*. O instrumento orientativo de trabalho do professor agora é a BNCC e o livro didático é a ferramenta normativa.

Se a proposta de Comenius respondeu a uma necessidade social emergente, mobilizando para superá-la os recursos mais avançados então produzidos pelo homem, hoje o tempo é outro, marcado por novas necessidades sociais e dotado de recursos tecnológicos muito mais avançados para saná-la. Trata-se, então, frisando, de construir uma nova didática, a didática exigida pelo novo tempo (Alves, 2004, p. 246).

Certamente, a padronização da educação por meio da implantação de recursos “inovadores” que na verdade são apenas instrumentos reguladores e de exclusão, como é o caso da BNCC, que se assemelha com a Didática Magna, é algo a ser superado, pois a educação do atual século ainda continua servindo, talvez sem querer servir, o sistema econômico, político e social hegemônico capitalista.

Considerações Finais

Entendemos que uma nova forma de ensinar, uma nova forma de organizar o sistema escolar e um novo formato de formação de professores precisam ser estabelecidas, não como a Didática Magna propôs ou como a BNCC propõe. Pois, tanto uma como a outra colocam o professor como um mero reprodutor de conhecimentos engessados.

Ambas, em seus devidos tempos buscaram e ainda buscam controlar e baratear o ensino, por meio de uma uniformidade de conhecimento e controle massivo sobre a autonomia do professor sobre o pensar e o planejar. O que é algo negativo para os alunos pois o ensinar atende exclusivamente as demandas do mercado de trabalho e a cientificidade é algo que fica em segundo plano.

Essa estruturação da escola moderna/contemporânea precisa ser superada, a escola precisa ser um espaço de aprendizagens múltiplas e de desenvolvimento do ser dos estudantes, a mera substituição da Didática Magna pela BNCC não significa uma ruptura com o ensino manufatureiro e de pouca qualidade, mas a consolidação de um sistema educacional que favorece apenas as classes favorecidas.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 2ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla.V. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 469-489, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/j9wmpYGfXtpdPWW8r7XJx9y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PEDAGOGIAS da *diversalidade*. **Cadernos de Estudos Culturais** – Pedagogias Descoloniais, Campo Grande, MS, v. 1, jan./jun. 2019, p. 61-85. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9691>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COMENIUS, João Amós. **Didáctica Magna: tratado universal de ensinar tudo a todos**. 2ª. ed. Lisboa, Gulbenkian, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 74ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.